

TRATADO SOBRE O PRINCIPADO TEMPORAL*

Francisco Meyronnes

[58] Por acaso, no universo, conforme sua melhor organização [política], deve haver um monarca que governe a todos na esfera temporal, e não esteja subordinado a ninguém neste âmbito?

[1] De um lado, parece que sim, pois na época do nascimento de Cristo, o universo teve a sua melhor organização [política], segundo o que está escrito no Salmo 71 [7]: 'Nos seus dias aparecerá a justiça e a abundância de paz'.

De fato, na época do nascimento de Cristo, houve apenas um monarca em todo universo, César Augusto, que na esfera temporal não era súdito de ninguém, e sobre quem o Evangelho de Lucas, capítulo III [1] faz referência. Logo, para que haja a melhor organização [política] do universo, deve-se reencontrar um príncipe secular que não esteja subordinado a ninguém.

Mas, contra este argumento, alega-se o seguinte: há uma organização melhor do universo, quando este é conforme a Lei Divina. Com efeito, desde o princípio, quando Deus estabeleceu os reinos, ordenou que os reis estivessem submissos aos sacerdotes, conforme é evidente, de acordo com o que consta do 1º Livro dos Reis, capítulos VII, X e último, onde está escrito que Saul estava subordinado a Samuel, não apenas por causa de sua escolha, mas também no governo do reino. Logo, na melhor organização do mundo, não é preciso que haja apenas um príncipe não subordinado a ninguém.

[II] No tocante à questão acima enunciada, é preciso inicialmente discutir o significado dos termos, e em segundo lugar, examinar os assuntos que ela aborda.

Quanto à primeira parte, convém esclarecer as quatro palavras enunciadas.

[59] O primeiro vocábulo é *universo*. Por universo se entende este mundo, nem sempre compreendido enquanto engloba o céu e a terra, pois é evidente que, tomando-se universo conforme esta acepção, ninguém o governa temporalmente. Portanto, a palavra universo, aqui, refere-se a todo o orbe terrestre, habitado pelos seres humanos, como diz o Apóstolo na Carta aos Efésios, capítulo VI [12]: 'O

Tradução de José A. de C. R. Souza – UFG.

Cfr. Pierre de LAPPARENT, "L'Oeuvre Politique de François de Meyronnes", *Archives d'Histoire Doctrinale et Littéraire du Moyen Âge*, 15 (1942): 58-73. Os números entre os sinais [] indicam as páginas da edição compulsada.

VERITAS	Porto Alegre	v. 47	n. 3	Setembro 2002	p. 473-486
---------	--------------	-------	------	---------------	------------

combate não é contra o sangue nem contra a carne, mas contra os principados, contra as autoridades, contra os dominadores deste mundo de trevas'. Donde o bem-aventurado Agostinho dizer que o Apóstolo acrescentou a palavra 'de trevas', para não entendermos por príncipes do mundo 'os governantes do céu e da terra'.

O segundo termo enunciado é *melhor organização*. Tal expressão não se refere à melhor organização do mundo em qualquer circunstância, por exemplo, quanto ao estado de inocência original que outrora foi o melhor, ou quanto ao estado de renovação futura, que será o melhor depois do Juízo Final, de acordo com o que o bem-aventurado Agostinho ensina em *A Cidade de Deus*, porque na vida futura não será necessário haver um governo temporal. Melhor organização refere-se, na verdade, à condição desta vida, sobre a qual o Apóstolo [na 1ª Epístola aos Coríntios, capítulo XIII, 13], diz o seguinte: 'Agora, portanto, permanecem a fé, a esperança e a caridade, estas três coisas, mas a fé não permanecerá no futuro'.

O terceiro termo enunciado é *monarca*. Por esta palavra entende-se um governante de todos em geral, porque este termo advém de *mônada*. Todavia, não significa que o monarca esteja a governar sempre e universalmente, porque nesta circunstância só Deus exerce um principado monárquico de tal espécie, como ensina o bem-aventurado Dionísio no livro *Sobre os Nomes Divinos*, mas acerca de todos que participam desta vida terrena, em todo o orbe terrestre.

O quarto termo é *temporais*. Coisas temporais, neste caso, não se refere a todas aquelas mensuráveis no tempo, apesar de o movimento dos corpos supraceléstes serem medidos no tempo. É evidente, pois, que tais movimentos não estão sob o controle de algum príncipe secular.

Entende-se, então, por coisas temporais os bens da fortuna, e em geral, a respeito de todas aquelas coisas consideradas pela justiça distributiva ou comutativa, própria dos seres humanos, dado que são secularmente controladas pela esfera secular.

[III] Quanto, porém, ao assunto que vai ser discutido, tudo indica que a questão enunciada supõe um dado e indaga a respeito de outro.

O que ela sugere supor é que deve haver [60] um monarca no âmbito secular, e o que ela está a indagar, é se este monarca em tal esfera, estando à frente de todos, deve temporalmente ser ou não súdito de alguém. Assim, primeiramente é preciso examinar se o que se supõe como verdade, realmente o é, e depois, discutir então o que está sendo indagado.

Quanto ao dado suposto, isto é, que no mundo, de acordo com sua melhor organização, deve haver um supremo monarca governante das coisas temporais, alegam-se os seguintes argumentos. Primeiro: aceita-se comumente, de acordo com o que está definido na Metafísica, que os seres existentes no universo 'não querem estar mal organizados', pois todos almejam o bem.

Daí, inferir-se daquela frase que, na natureza, em geral, há um único príncipe do universo. Entretanto, esta ilação não se sustenta, senão por força daquela regra, segundo a qual, a melhor organização dum conjunto de seres é aquela que possui um só dirigente, ao invés de possuir muitos. Disto resulta que a melhor organização de todos os seres humanos é aquela que os coloca sob um único

governante, ao invés de os subordinar a muitos. Esse argumento é confirmado expressamente pela Escritura, nos Provérbios, capítulo XXVIII [2], onde está escrito: 'Por causa dos pecados dum país muitos são os seus príncipes'. Donde se deduz, uma vez mais, que a pluralidade de governantes é um castigo, fruto do pecado, e por conseguinte, é um mal. Logo, a unidade de governo, oposta à pluralidade, é algo melhor.

O segundo argumento diz que há uma organização melhor do poder secular, quando o mesmo está conforme a do poder espiritual, à semelhança do que se passa com os seres inferiores, os quais são melhores na medida em que mais se identificam com os seres superiores, como é o caso dos animais, na proporção em que se aproximam dos seres humanos.

Ora, na esfera espiritual, conforme sua melhor organização, há somente um governante supremo. Logo, o mesmo princípio também se aplica ao poder temporal, no tocante à sua melhor organização possível.

Prova-se a premissa menor de duas maneiras. Primeira: mediante a autoridade de Dionísio, ao estabelecer a existência de uma hierarquia intermediária, a eclesiástica, e ao definir que em toda hierarquia deve haver uma convergência apenas para um só hierarca principal, o que ele demonstra ocorrer igualmente nas hierarquias celestiais.

Segunda: alega-se que o bem-aventurado Simão Cananeu, ao comentar o Símbolo dos Apóstolos, discorre sobre os artigos da doutrina da Igreja, dizendo o seguinte: una, santa e católica, colocando-a no singular. Com efeito, a unidade eclesiástica, não é [61] senão a unidade existente na hierarquia, isto é, a que há na Ordem Sacerdotal. Ora, ordem alguma possui unidade, senão enquanto converge para algo principal, onde tudo o mais se reduz. Logo, não pode haver unidade na Igreja, se esta não possuir um governante principal.

O terceiro argumento, assenta-se no fato de que, pela mesma razão, muitas pessoas consideradas individualmente, embora pertençam à totalidade dos seres humanos, precisam de um governante que as lidere e as julgue, de modo que fica evidente que nenhuma comunidade, por menor que seja, tem condições de permanecer em paz, se não tiver um governo.

Pelo mesmo motivo também, muitos governantes seculares necessitam de um rei que os concilie entre si e os governe, dado que é possível acontecer dissensões entre eles, tanto quanto entre as pessoas, e ainda pode ocorrer que muitos príncipes subalternos possam entrar em conflito e mutuamente cometer injustiças, precisando, portanto, de alguém que os reconcilie e os governe, e assim deve-se avançar, até o ponto que se alcance um só monarca que não possa entrar em conflito consigo próprio.

O quarto argumento baseia-se no fato de que a organização recíproca das partes dum exército existe por causa da organização da totalidade em relação ao comandante do mesmo, assim como as partes de algo existem em função do todo, de acordo com o que está claramente expresso na *Metafísica*. Daí, como a finalidade está melhor naqueles seres que existem para a própria finalidade, a melhor organização do exército é aquela em que os comandantes estão subordinados ao

general, do que aquela outra em que os comandantes se subordinam reciprocamente.

Portanto, se houver muitos comandantes subordinados entre si, não havendo subordinação dos mesmos a um general, precisarão duma organização melhor do que a que possuem.

Fato semelhante acontece no mundo: se houver muitos governantes sem um monarca, ainda que sejam bons, poderão ter uma organização mútua e conexa, mas não estarão em conexão com um superior, o que é melhor. Logo, a situação do mundo, sob a liderança de muitos governantes, não pode ser a melhor, e assim, para a sua melhor organização possível, convém que haja apenas um monarca no mundo.

Todavia, é oportuno não perder de vista o seguinte: o que por si próprio seria o melhor na sociedade perfeita, às vezes por causa da maldade dos homens, pode ocasionar o pior. Assim, é sempre melhor para uma sociedade ter um governante através da eleição do que mediante a sucessão hereditária, porque através desse processo tem-se mais chance de se escolher o melhor, e é isso exatamente o que acontece na sociedade perfeita, a espiritual. Contudo, por causa da maldade dos homens, é mais proveitoso ter um governante pela via da sucessão, porque as divergências são mais facilmente evitadas. Tanto é assim que, embora seja sempre melhor haver um só monarca, no entanto, por causa da maldade dos príncipes poderá acontecer o pior, ao desejarem abusar da força do poder e governar os súditos sem clemência e bondade, ao contrário do que fizeram o grande Artaxerxes e o enérgico Assuero, segundo consta do Livro de Ester, capítulo II [23].

[IV] Quanto à parte principal desta questão, isto é, se o governante secular, na condição de monarca supremo no âmbito temporal, deve ou não ser súdito de alguém, há diversas opiniões.

Com efeito, os Civilistas respondem afirmativamente, dizendo que a esfera temporal é completamente distinta da espiritual. Daí, o Apóstolo afirmar na 2^a Epístola a Timóteo, capítulo II [4]: 'Ninguém, engajando-se no exército de Deus, se deixa envolver com as questões da vida civil'. Por esse motivo, dado que o governo temporal é distinto do espiritual, de direito e por força da razão, não lhe está subordinado.

No entanto, esta conclusão pode ser refutada, argumentando-se mediante quatro vias, de acordo com os quatro gêneros de causas, das quais a primeira é a da causa eficiente, porque é aceita a partir dum pressuposto temporal.

De fato, qualquer pessoa que seja superior dum governante, também lidera todos os seus súditos em seu principado naquela esfera, pois quem lidera o chefe, igualmente lidera os seus subalternos, à semelhança daquela pessoa que, estando mais acima do superior, deve ser ainda mais superior ao inferior, do mesmo modo como algo que é causa da causa, também é causa do que é produzido por esta.

Ora, o supremo governante na esfera espiritual dirige o supremo dirigente no âmbito secular, logo governa o seu principado, o secular, de modo que estes dois governantes estão subordinados entre si na esfera temporal.

Comprova-se a força do argumento, alegando primeiramente que na Antiga Aliança os reis não governavam senão mediante a autoridade do dirigente espiritual, segundo consta explicitamente do Livro dos Reis, acerca das [63] escolhas de Saul e Davi, efetuadas por Samuel.

Em segundo lugar, com referência à Nova Aliança, depois que os governantes se tornaram cristãos, quiseram ser ungidos pelos pontífices. Ademais, este argumento ainda é confirmado, pelo fato de que o supremo governante na esfera espiritual transferiu o poder temporal de nação para nação. Ora, ninguém pode transferir o poder temporal, se não puder efetivamente conferi-lo a alguém, o que é óbvio de per si. Logo, etc.

No entanto, algumas pessoas afirmam que, embora o supremo governante na esfera espiritual tenha autoridade sobre a dignidade imperial, todavia, não a possui sobre o Império. Mas objeta-se tal opinião dizendo que o imperador não pode governar o Império, senão através da dignidade imperial.

Mas tais pessoas, porém, admitem que o supremo governante na esfera espiritual, ao menos virtualmente, possui a dignidade imperial. Logo, por seu intermédio, governa no âmbito secular. Isto é confirmado pelo seguinte: sempre que alguém através de determinada autoridade governa algum principado, na verdade, ele é efetivamente dirigido por aquela pessoa em quem a autoridade temporal existe de modo melhor e mais perfeito. Ora, a autoridade imperial existe de modo melhor no supremo governante espiritual, porque a possui virtual e supereminentemente, do que no supremo governante secular, em quem está apenas formalmente. Além disto, tal autoridade está virtualmente melhor em alguém do que formalmente. Logo, o supremo governante espiritual lidera melhor na esfera temporal do que o próprio supremo governante secular.

A segunda via é a da causa material, isto é, a respeito do que se ocupam os dois poderes. Ora, o poder espiritual cuida das relações entre os homens, no tocante à parte superior da razão, que perscruta as realidades espirituais, as quais são eternas, conforme ensina o bem-aventurado Agostinho, na obra *Sobre a Trindade*, livro XIV [capítulo II, PL, XLII: 1037-1038].

O governo temporal, entretanto, cuida das relações entre os homens, quanto à parte inferior da razão, que está direcionada para as realidades seculares, segundo o que está escrito no mencionado livro XIV *Sobre a Trindade*.

Comprova-se esta opinião mediante um terceiro argumento, do seguinte modo: todas as vezes em que há dois poderes constituídos, de tal maneira que, um deles está completamente subordinado ao outro como se fosse o seu fim, aquele que exerce o poder inferior deve estar subordinado a quem exerce o poder superior, pois como o poder está na proporção do poder, assim também, o governante está na mesma proporção para o governante.

Este princípio é confirmado primeiramente através das realidades sobrenaturais, em cujo âmbito, o governo da hierarquia celeste se subordina ao da supraceleste, e de acordo com o que ensina o bem-aventurado Dionísio [na obra *Sobre os Nomes Divinos*], o hierarca dirigente da hierarquia celeste deve estar subordinado ao hierarca dirigente da hierarquia supraceleste.

[64] Em segundo, este princípio também é óbvio mediante as realidades naturais, em cujo âmbito a totalidade dos seres humanos dirige naturalmente todo o conjunto dos animais. Por isso, se houvesse um rei no âmbito da espécie animal, como o vulgo costuma falar a respeito do leão, ele estaria naturalmente subordinado ou submisso ao supremo dirigente dos seres humanos.

Em terceiro lugar, o citado princípio também é evidente se examinarmos a realidade monástica [???]. Aliás, isto está diretamente relacionado com o propósito em exame, pois todo comando das forças da alma sensitiva está subordinado às da alma intelectual. Daí, se o apetite sensitivo comanda a alma sensitiva, e a vontade a intelectual, o apetite sensitivo deve estar subordinado à vontade.

Em quarto, o sobredito princípio é confirmado pela política, pois, dado que o conjunto dos armígeros, por causa de sua natureza, está subordinado ao comandante do exército, o comandante dos armígeros igualmente deve estar subordinado ao comandante do exército.

Uma vez demonstrado esse princípio, nele se explica a premissa menor do raciocínio em exame: de fato, como ensina Agostinho na obra antes citada, o comando da parte inferior da alma está subordinado ao da superior, pelo qual é dirigido. Logo, o supremo governante na esfera temporal que comanda a parte inferior da alma, deve estar subordinado ao supremo governante espiritual que comanda a superior.

O terceiro caminho é aquele através da causa formal. Por seu intermédio, o governante, ao reger, é formado e orientado. Argumenta-se utilizando-a do seguinte modo: todas as vezes que duas leis específicas estão relacionadas de tal maneira que uma se subordina à outra, o príncipe que governa de acordo com a lei inferior deve estar subordinado àquele que governa conforme a superior, pois como a lei está para a lei, assim também o legislador para o legislador.

Ora, o supremo governante na esfera espiritual, se for bom, dirige o seu principado conforme a Lei Divina, e o supremo governante na esfera temporal, de acordo com a lei humana, segundo o que estipula claramente o direito civil.

Logo, segundo o que ensina o bem-aventurado Agostinho na obra *A Cidade de Deus*, dizendo que a lei humana está subordinada à Divina, assim também, o supremo governante na esfera temporal deve estar subordinado ao supremo governante no âmbito espiritual.

Demonstra-se este argumento, em primeiro lugar, alegando que a prudência política é moldada pela prudência hierárquica que é a Fé. Por isso, é conveniente que o governante que legisla pautando-se pela lei humana esteja subordinado àquele outro que legisla baseando-se na lei Divina.

Em segundo, considerando que a justiça legal política não é reta, senão quando observa a justiça legal divina. Daí, o supremo governante secular não agir retamente, senão quando [65] segue os passos do supremo governante que reina de acordo com a justiça divina.

Assim, o supremo governante na esfera espiritual comanda de acordo com as virtudes teológicas, enquanto o supremo governante no âmbito secular, conforme as virtudes políticas. Ora, como estas são informes, a menos que estejam subordi-

nadas àquelas, assim também o poder temporal é informe, a não ser que esteja subordinado ao supremo governante na esfera espiritual. Enfim, todos esses argumentos são verdadeiros, porque no Deuteronômio, capítulo XVII [18], está escrito que o rei devia receber a Lei dos sacerdotes, a fim de que legislasse segundo a mesma.

A quarta via é aquela da causa final. Recorrendo-se a ela, argumenta-se da seguinte maneira: sempre que há duas faculdades específicas relacionadas entre si, de tal modo que uma se subordina à outra, como fim, quem comanda a faculdade que é o fim, também comanda aquela outra que está para o fim.

Demonstra-se este princípio de vários modos. Em primeiro lugar, através do artesanato. Com efeito, a arte de fabricar freios existe em função da equitação como sua finalidade. Por isso, o mais importante dentre os fabricantes de freios deve estar subordinado ao mais importante dentre os cavaleiros, enquanto não existe senão por causa dele na condição temporal.

Em segundo, mediante a política. De fato, a cavalaria existe em função do exército como sua finalidade. Daí, o comandante da cavalaria ter de estar subordinado ao comandante do exército.

Em terceiro, igualmente demonstra-se o referido princípio, através do mundo físico. Com efeito, os corpos animados não existem senão por causa das almas, de modo que é necessário que, por exemplo, a parte do corpo que comanda, a cabeça, se subordine à força que impera na alma, a razão.

Em quarto lugar, ele também é confirmado pelas hierarquias e pelos hierarcas. Com efeito, a Igreja militante se ordena à Igreja triunfante como sua finalidade, de modo que convém que o supremo governante da primeira esteja subordinado ao Supremo Governante da segunda.

Este princípio acima demonstrado abarca em si próprio a premissa menor do raciocínio: toda faculdade e toda organização no âmbito secular estão ordenadas como seu fim a toda faculdade e a organização no âmbito espiritual. Ora, como as realidades temporais existem por causa das espirituais, de acordo com os ensinamentos do [66] Apóstolo e de Agostinho, logo o supremo governante no âmbito secular deve estar subordinado ao supremo governante na esfera espiritual.

[V] Todavia, algumas pessoas, tentando refutar esse último raciocínio, porque o mesmo conclui evidentemente bem, dizem que o supremo governante secular tem de estar subordinado ao supremo governante espiritual apenas nesta esfera, não na temporal.

Na verdade, porém, esta assertiva só reforça a argumentação apresentada, o que ficará palpável, raciocinando-se da maneira seguinte: sempre que alguma faculdade se subordina a uma outra como sua finalidade, quem comanda no âmbito da que existe em função do fim, deve estar subordinado ao outro governante naquilo em que se ordena a ele enquanto sua finalidade. Ora, o supremo governante secular na esfera temporal subordina-se ao supremo governante espiritual como se fosse o seu fim. Logo, como os seres temporais existem por causa dos espirituais, o supremo governante na esfera temporal está conseqüentemente neste âmbito subordinado ao supremo governante na esfera espiritual.

Isto é confirmado, em primeiro lugar, considerando-se que o fabricante de freios não se subordina ao comandante da cavalaria senão por causa da fabricação dos mesmos, tendo-se em vista a finalidade de seu ofício, e assim também, no tocante ao propósito em apreço, o governo temporal ao espiritual.

Em segundo lugar, porque o supremo governante na esfera temporal subordina-se ao supremo governante na esfera espiritual, insisto, na referida esfera, dado que subcomanda para ele. No entanto, ao contrário, o supremo governante na esfera temporal não subcomanda no âmbito espiritual, porque nela não desempenha nenhum cargo. Logo, entende-se que esta subordinação acontece na esfera temporal, e tendo-se em mente que efetivamente é assim, convém descartar a objeção como improcedente.

No entanto, as mencionadas pessoas, empenhando-se em redargüir o sobredito último argumento, por causa de sua consistência, afirmam que a premissa menor é falsa, e não admitem que as realidades temporais estejam subordinadas às espirituais como se fossem o seu fim.

Mas essas pessoas, entretanto, afastam-se do raciocínio correto e pecam contra a Doutrina. Com efeito, a fé católica ensina que as coisas temporais nos são dadas por causa das espirituais, mediante as quais alcançamos as eternas. Por isso, o Salvador, no Evangelho de Mateus, capítulo VI [33], declara: 'Buscai, em primeiro lugar, o reino de Deus e a sua justiça', que são coisas espirituais, 'e todas as coisas vos serão acrescentadas', isto é, as temporais.

Todavia, o que é o principal na premissa maior é o fim, e o que se acrescenta à conseqüente é o que existe em função do fim. Logo, Cristo comparou na passagem evangélica citada, as coisas temporais com as espirituais, como se o fizesse quanto ao fim que precipuamente há que se buscar.

Mas os adversários objetam essa verdade, apresentando quatro argumentos. Dizem em primeiro lugar, que Constantino subordinou a monarquia e a si próprio ao Príncipe da Igreja, segundo consta dos feitos do bem-aventurado Silvestre, [67] contudo, teria feito isso inutilmente, se mediante o direito natural já antes estivesse subordinado, como o comprovam os argumentos citados previamente.

Em segundo, alegam que a Igreja com justiça recebe doações dos príncipes seculares, o que estariam a fazer inutilmente, se a percepção de tais bens lhe estivesse secularmente assegurada.

Em terceiro, afirmam que o poder temporal antecedeu o espiritual. Daí, como ele precedentemente era absoluto, antes de que o segundo fosse instituído, não seria razoável que, mais tarde, se tornasse subordinado, e que, por causa da Fé, viesse a sofrer um prejuízo.

Em quarto, declaram que Nosso Salvador, no Evangelho de João, [XVIII, 36] afirmou: 'O meu reino não é deste mundo', donde infere-se que Cristo não exerceu um poder sobre as coisas temporais. Ora, visto o supremo governante da Igreja Militante no âmbito espiritual não possuir a autoridade, senão enquanto é o vigário de Cristo, e como o vigário não pode ter mais autoridade além daquela possuída por quem ele representa, logo o supremo governante na esfera espiritual não possui nenhuma jurisdição no âmbito secular.

Quanto ao primeiro argumento, responde-se dizendo que, Constantino de direito não se submeteu a si mesmo ao supremo governante na esfera espiritual, porque desde antes já estava subordinado, mas de fato, reconheceu sua condição, quando mediante a fé pôde compreender qual era a importância dos bens temporais se comparados com espirituais, do mesmo modo como se submeteu a Deus, cujo domínio anteriormente não tinha reconhecido, embora Ele o tivesse de direito.

No tocante ao segundo argumento, de acordo com o qual a Igreja recebe os bens temporais como se tivesse tido sempre um domínio próprio sobre os mesmos, não enquanto possui um domínio útil, responde-se que isto também acontece com os príncipes mais importantes ao receberem doações dos subalternos, como é o caso dos condados ao serem reintegrados ao domínio real.

Ao terceiro, redargue-se, de acordo com o que o Apóstolo Paulo diz na 2^a Epístola aos Coríntios, [1Cor], capítulo XV [46], ao afirmar que primeiro existiu 'o que é animal, e depois o que é espiritual', mas, apesar disso, a animalidade subordina-se à espiritualidade.

Assim sendo, com o mesmo propósito, digo que, embora o poder temporal tenha precedido no tempo o poder espiritual, mais tarde, porém, se lhe subordinou, à semelhança do que ocorreu na criação do mundo, quando os animais antecederam o ser humano, mas após este ter sido criado, ficaram-lhe submissos. Todavia, nem por isso foram aviltados, muito ao contrário, foram enobrecidos, ao atingirem sua própria finalidade. E a essa terceira objeção, ainda é oportuno acrescentar que o poder temporal foi igualmente enobrecido, subordinando-se [68] ao poder espiritual.

Ao quarto argumento, que alegava aquela frase proferida pelo Salvador: 'O meu reino não é deste mundo, afirmo que Ele se referia ao seu reino mais importante, o do céu, pois segundo o que está escrito no Apocalipse, capítulo XVII [4], sobre o menos importante, Ele 'é o Rei dos reis e Senhor dos senhores'. Com efeito, ninguém duvida de que Cristo é o senhor de todas as coisas temporais, conforme Ele próprio declarou no Evangelho de Mateus, capítulo XXVIII [18]: 'Toda autoridade me foi dada sobre o céu e a terra'. Assim, demonstra-se a inconsistência da quarta objeção.

Além disso, para um entendimento correto desta tese é preciso considerar o seguinte: sempre que alguém é estabelecido como vigário plenipotenciário e universal dum governante para o seu reino, viçaria esse amplo e irrestrito, tal pessoa possui e exerce uma autoridade sobre todos os súditos do governante secular em seu reino temporal, pois, caso contrário não seria um vigário plenipotenciário e universal.

Ora, o supremo governante na esfera espiritual, isto é, o bem-aventurado Pedro, foi por Cristo estabelecido de maneira irrestrita como seu vigário universal, segundo consta explicitamente do Evangelho de Mateus, capítulo XVI [16-20]. Logo, Pedro possui e exerce a plenitude dos poderes tanto na esfera espiritual quanto na temporal.

[VI] Algumas pessoas, no entanto, atestam que o governante temporal é muito aviltado, se estiver subordinado a alguém na esfera espiritual, e por isso, dado

que a condição deste mundo não foi aviltada por causa da fé cristã, tudo indica que é inadmissível que o supremo governante do mundo deva estar subordinado ao supremo governante na esfera espiritual.

Ora, tal assertiva igualmente não se sustenta, porque aconteceu justamente o contrário, a saber, mais tarde, o poder temporal foi maximamente enobrecido ao submeter-se ou subordinar-se ao supremo poder espiritual. Com efeito, segundo o bem-aventurado Agostinho, em seu *Comentário ao Gênesis*, à letra, qualquer ser inferior é melhor quando está unido ao seu superior, do que ao ser considerado em si mesmo, quando governa os seus súditos, ou ainda à semelhança que se passa com o ser humano, o qual é melhor quando está unido e voltado para [69] seu fim último, através do ato beatífico, do que ao governar os animais, por causa da superioridade da razão e, desse modo, o governante secular é melhor, quando está unido ao espiritual como seu fim, do que ao estar à frente de seus súditos.

Com efeito, denota-se que o governo temporal é melhor estando subordinado ao espiritual, do que se vier a ser estabelecido por sua própria iniciativa, tomando-se como exemplo, em primeiro lugar, os seres naturais, pois, constatamos que a alma sensitiva nos animais existe para si mesma, e não está subordinada nem ordena-se a nenhuma outra.

No ser humano, porém, a alma sensitiva não existe para si mesma, mas em função da alma intelectiva que a governa e a dirige. Todavia, apesar disso, a alma sensitiva está de modo mais nobre no ser humano do que nos animais, porque nele é capaz de atingir o seu superior.

Semelhantemente, se o governante secular é estabelecido por própria iniciativa, de certo modo parece com a alma sensitiva, nos animais. Todavia, se estiver subordinado ao governante espiritual, atua da mesma forma como a alma sensitiva no ser humano.

Em segundo lugar, comprova-se o argumento através da moral. Com efeito, os príncipes pagãos possuíram as virtudes políticas de outra maneira, isto é, por seu próprio mérito pessoal, mas não foram reguladas por outras virtudes superiores.

Ora, as virtudes políticas nos príncipes cristãos estão subordinadas e submissas às virtudes teológicas, todavia, apesar disso, não se pode afirmar que os governantes pagãos ou infiéis tenham possuído as primeiras de modo melhor do que os cristãos. Logo, muito pelo contrário, as virtudes políticas atingem o seu superior nestes governantes e não naqueles. Demonstra-se, pois, desse modo, o argumento, conforme a intenção pretendida.

Em terceiro, através das qualidades intelectuais. De fato, outrora as ciências naturais eram estudadas diferenciadamente pelos físicos e pelos santos doutores e teólogos. Os primeiros as estudaram por causa de seu valor intrínseco, e não se destinavam a qualquer outro fim ulterior, o qual tampouco as orientava retamente. Os teólogos, porém, as designaram como ciências auxiliares da Teologia. Regularam e subordinaram o seu estudo à mesma, conforme ensina o bem-aventurado Gregório.

Entretanto, por este motivo não se pode dizer que os antigos filósofos estudaram as ciências naturais de maneira mais nobre do que os teólogos, porque temos

experimentado justamente o contrário, e assim, o argumento se aplica igualmente no tocante à subordinação do poder temporal ao espiritual.

Em quarto lugar, considerando-se as realidades sobrenaturais. Com efeito, a natureza humana existe diferenciadamente no Verbo e nos seres humanos, dado que nestes existe em função de si própria.

Na verdade, em qualquer ser humano toda sua atividade ordena-se para a natureza humana, como se fosse o seu fim. Em Cristo, no entanto, a natureza humana não existe em função de si própria, mas por causa da outra natureza nele existente, à qual está subordinada e submissa. Ora, comumente não se admite que a natureza humana esteja de modo melhor no ser humano do que em Cristo, dado que nele existe de modo melhor, porque está subordinada à natureza divina. Assim também, acontece a mesma coisa com o poder temporal, se estiver submisso e subordinado ao espiritual.

[VII] Algumas pessoas, no entanto, refletindo atentamente sobre o teor da premissa menor do raciocínio, dizem que o domínio de nosso rei, isto é, o monarca da Sicília e de Jerusalém, é mais desprezível do que o dos outros, só porque este admite estar submisso à Igreja. Ora, como os demais monarcas não admitem que receberam seus domínios da Igreja, por esse motivo são mais livres, dado que na esfera temporal não têm nenhum superior acima de si próprios.

Todavia, tal assertiva prejudica a si mesma, e de modo evidente demonstra o contrário, por vários motivos, uma vez que no ser humano deve-se buscar primeiramente o racional por essência, isto é, a alma intelectual que usa a razão por si mesma.

Em segundo, é preciso considerar o racional por participação, isto é, a alma sensitiva, que, embora não raciocine por si própria, contudo existe para ser dirigida pela razão, e para obedecer-lhe, como é evidente nas qualidades do apetite sensitivo, mediante as quais a vontade governa o principado despótico ou político.

Em terceiro, há que se ter em mente o que não é racional nem por essência nem por participação, isto é, a alma vegetativa que, de fato, não raciocina por si própria nem tampouco é dirigida pela razão. Assim sendo, as qualidades vegetativas são meramente naturais e, ao agirem, absolutamente não estão subordinadas à razão.

[71] Destarte, no mundo como no ser humano, deve haver, pela ordem, três coisas. A primeira que é espiritual por essência, é a hierarquia eclesiástica que por si própria está voltada para as atividades espirituais, à semelhança da alma intelectual que raciocina por si própria.

A segunda que é espiritual por participação, como é o caso daquele governo que por si mesmo não está direcionado senão para as atividades seculares, mas, apesar disso, está submisso à Igreja, como se existisse para raciocinar mediante o poder espiritual por essência, e deve obedecer-lhe à semelhança da alma sensitiva, que está subordinada à razão.

A terceira, que não é espiritual nem por essência nem por participação, como é o caso dos demais governantes que existem, não para serem regulados pelo

poder espiritual por essência e tampouco para obedecer-lhe, à semelhança da alma vegetativa que age mera e naturalmente.

Por esse motivo, como no ser humano a alma sensitiva, dada que é racional por participação, deve prevalecer sobre a alma vegetativa, que não é racional nem por essência nem por participação, assim também, conforme a ordem natural, no mundo, o nosso principado, espiritual por participação, precede os demais, que não são espirituais, conforme a outra modalidade antes citada.

Demonstra-se este raciocínio de vários modos. Em primeiro lugar, alegando que é muitíssimo melhor estar subordinado do que comandar, segundo a devida ordem das coisas, embora negligenciada, visto aquela se referir à justiça e à prudência e esta à injustiça e à imprudência. Ora, a ordem natural das coisas estabelece, de acordo com a premissa enunciada, que as coisas temporais estejam subordinadas às espirituais. Logo, o nosso principado, onde se observa tal ordem, é o melhor.

Em segundo, considerando que a alma sensitiva atua diferenciadamente nas crianças e nos adultos. Com efeito, nas crianças ela existe não para ser regulada ou conduzida pela razão, mas é levada pelo próprio ímpeto. Nos adultos, porém, existe para servir e obedecer à alma superior. No entanto, ela está de modo mais perfeito nos adultos do que nas crianças, e assim, no tocante ao propósito em exame, também acontece algo de semelhante com nosso principado.

De fato, ele é como a alma sensitiva no adulto, e os demais principados que não estão subordinado ao supremo governante espiritual são como a alma sensitiva nas crianças. Daí, no Livro de Jó, capítulo XX [XI, 12], sobre as coisas terrenas, estar escrito o seguinte: 'nêscio ergue-se em soberba, e julga ter nascido livre, como a cria do asno montês'.

Em terceiro, tendo-se em mente que o ser humano virtuoso age diferentemente das pessoas com vícios. Estas se recusam a subordinar-se ao homem interior e querem dominar por si próprias. As pessoas virtuosas, [72] no entanto, submetem-se completamente ao julgamento da razão.

Por isso, como o homem exterior existe de modo melhor na pessoa virtuosa do que na com vícios, por causa de tal submissão, assim também no mundo, pois, dado que o poder espiritual pertence completamente ao homem interior, enquanto o poder temporal é integralmente do homem exterior, é melhor o governante que está subordinado ao poder espiritual do que aquele que não está. A respeito deste, na 2ª [1ª] Epístola de Pedro, capítulo II [16], está escrito o seguinte: 'Comportai-vos como pessoas livres, mas não useis da liberdade para encobrir o mal, mas como servos de Deus.

Em quarto, alegando que a parte inferior da razão humana existiu de um modo nos primeiros pais, no estado de inocência original, e em nós existe de outro, no presente estado de natureza decaída, pois na primeira situação, a parte inferior da razão obedecia completamente à superior, conforme ensina o bem-aventurado Agostinho em *A Cidade de Deus*.

Agora, no entanto, nalgumas pessoas a parte inferior obedece à superior, tal como procede o rei da Sicília; noutros, porém, não acontece isso, por causa duma

força repugnante que existe nos membros. Assim, o governante, que é completamente obediente nas esferas espiritual e temporal, assemelha-se à condição que havia no estado de inocência original. Aquele outro, porém, que só obedece na esfera espiritual, se parece com a atual situação da natureza decaída.

Sendo assim, é preciso ter em mente que a natureza angélica, por causa dum privilégio, no momento da criação, principiou a existir dividida, como está escrito no Gênesis, capítulo I [4]: 'e Deus separou a luz das trevas'. Desse modo, tal natureza nos santos anjos está submissa e subordinada ao príncipe da hierarquia supracelste.

Nos anjos maus, porém, a citada natureza não quis se subordinar e estar submissa ao príncipe da hierarquia celeste, querendo existir para si mesma. Daí, o comportamento de Lúcifer, seu príncipe, que governa todos os filhos da soberba, conforme está escrito em Jó, capítulo [XI, 17], e Isaías alude a respeito, no capítulo [,] de seu livro: 'Subirei... e serei semelhante ao Altíssimo'.

[VIII] Retornando, agora, ao cerne principal da questão, afirma-se ainda que não deve haver no mundo um monarca que governe temporalmente a todos e que não esteja subordinado a ninguém na esfera secular.

Entretanto, considerando, o mundo e a sua melhor organização possível, na condição da vida presente, dado que está mais bem organizado quando [73] tem um ótimo governo, é indiscutível que o governo das coisas seculares será melhor, se estiver subordinado e conexo ao das realidades espirituais, do que se existir por si e para si próprio, de acordo com o que antes foi demonstrado. Logo, o mundo, conforme a sua melhor organização, deve ter um supremo governante na esfera temporal subordinado, conforme a maneira anteriormente aludida.

Demonstra-se esse argumento de vários modos. Inicialmente, alegando que se costuma dizer que o ser humano é um microcosmo ou um mundo em miniatura. Ora, ele está melhor disposto se a parte inferior da razão estiver subordinada à superior, do que se não estiver. Portanto, como no mundo as realidades espirituais ocupam o lugar da parte superior da alma e as temporais o da inferior, a melhor organização do mundo é aquela em que as realidades temporais estão subordinadas e submissas às espirituais.

Em segundo lugar, considerando que a melhor disposição para o ser humano é aquela em que a alma sensitiva está subordinada à alma intelectual, do que quando a alma sensitiva sempre domina, como acontece com os homens embrutecidos, nos quais a animalidade sempre prevalece.

No mundo, analogamente, o governo temporal ocupa o lugar da alma sensitiva. Por outro lado, o governo espiritual ocupa o lugar da alma intelectual, visto que ela lida com seres imateriais. Logo, a melhor organização do mundo é aquela em que está definido que o governo secular esteja subordinado ao governo espiritual.

Em terceiro, tendo-se em mente que a melhor disposição do ser humano é quando está acordado do que ao estar dormindo, porque durante o sono a fantasia das imagens sensíveis age não submissa à razão, porquanto em tal situação ela não opera em ato. Na vigília, porém, a fantasia e a imaginação atuam a serviço da razão e por ela são controladas.

Ora, no mundo o governo das coisas terrenas, até certo ponto, se assemelha aos fantasmas, que existem apenas na aparência, porque os bens temporais existem mais na aparência do que na realidade, conforme ensina o bem-aventurado Agostinho no livro *Da Doutrina Cristã*.

No entanto, o governo das coisas espirituais, até certo ponto, assemelha-se aos seres inteligíveis ou compreensíveis, que existem muito mais na realidade, do que na aparência. Por isso, há uma ótima organização do mundo, quando as realidades materiais estão subordinadas às espirituais, do mesmo modo como durante a vigília a força da fantasia está subordinada à razão.

Em quarto lugar, porque a disposição da alma racional é melhor, quando a vontade em seu agir é controlada pela razão, do que ao não ser comandada por ela, nem lhe estar conexas, porque age por si própria, não se deixando guiar pela luz da razão.

Ora, no mundo, o governo espiritual, até certo ponto, identifica-se com a razão que comanda e ilumina, ao ensinar o que se deve fazer e ao mostrar em que se deve acreditar. O governo temporal, [74] no entanto, se assemelha às potências volitivas que existem para impulsionar as forças executoras para o que é determinado pela razão. Sendo assim, há uma ótima disposição do mundo na alma racional, quando a vontade obedece à razão.

Se alguém disser, no entanto, que este argumento serve mais à tese oposta, dado que a vontade comanda a razão e, desta forma, tudo indica que o governo temporal deveria comandar o espiritual, esta objeção não se sustenta, porque do mesmo modo que a vontade comanda ao agir, assim também, a razão ao imperar. Ademais, o argumento apresentado carece de fundamento, igualmente no que concerne à disposição de comandar, em que a razão precede à vontade, pois, embora esta seja mais nobre ou superior ao intelecto, contudo, a potência inferior, nalguns seres, conforme determinado aspecto, precede a superior.

Enfim, com vista a definir a questão apresentada no princípio, declara-se que o mundo esteve melhor organizado por ocasião da Ressurreição de Cristo, quando a Igreja foi confirmada, do que no momento de Seu nascimento, porque ela ainda não tinha sido fundada e tampouco a natureza humana havia sido redimida, e quanto mais a Igreja se espalhou, tanto mais a Fé católica foi confirmada, a fim de que as coisas espirituais sejam preferidas às temporais.